



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## As políticas públicas de água e os desafios da agricultura familiar no semiárido: contextos do Baixo Alentejo (Portugal) e Sudoeste Baiano (Brasil)

Mateus Costa Santos<sup>I</sup> , José Eloízio da Costa<sup>II</sup> , Fernanda Viana de Alcantara<sup>III</sup> 

<sup>I</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil

<sup>II</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil

<sup>III</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil

### RESUMO

O estudo analisa as similaridades, fragilidades, diferenças e potencialidades no que diz respeito do acesso da água em Portugal e Brasil sobretudo nas unidades territoriais do Baixo Alentejo e no Território Sudoeste Baiano respectivamente, sob o contexto das políticas públicas direcionadas aos espaços rurais dentro dos prenúncios das mudanças climáticas. À luz dos procedimentos metodológicos, estabeleceu-se por meio do estágio de investigação no exterior contato à rede de pesquisadores do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), e grupos de trabalho que realizam estudos sobre esse temário e vertentes correlatas em Portugal, busca pela literatura proveniente das bases teóricas que referenciam os contextos de estudo, tanto brasileiras, quanto portuguesas, dados secundários disponíveis nos *sites* das plataformas do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estatística (INE), em especial o trabalho de campo nas áreas/regiões investigadas a ida aos campos de estudos para realizar entrevista, fotografias da materialidade espacial. Ao estudar as mencionadas regiões com características geoambientais próximas é possível destacar algumas nuances com relação às políticas hídricas, investimentos e subsídios ocupação territorial e as dificuldades encontradas no contexto climático.

**Palavras-chave:** água; políticas públicas; semiárido; baixo alentejo; sudoeste baiano.

### Public policies water and the challenges of family farming in the semiarid: contexts of Baixo Alentejo (Portugal) and Sudoeste Baiano (Brazil)

#### ABSTRACT

This study analyze the similarities, weaknesses, differences and potentialities regarding the issue of water in Portugal and Brazil, especially in the territorial units of Baixo Alentejo and the Território Sudoeste Baiano (TSB) respectively, under the context of public policies aimed at spaces rural areas within the harbingers of climate change. In light of the methodological procedures, through the research internship abroad, contact was established with the network of researchers at the Institute of Geography and Territorial Planning (IGOT), and working groups that carry out studies on this topic and related aspects in Portugal, search for literature originating from theoretical bases that reference the study contexts, both Brazilian and Portuguese, secondary data available on the platform websites Brazilian Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do

Instituto Nacional de Estatística (INE) mainly and going to study fields to conduct interviews, photographs of spatial materiality. When studying the aforementioned regions with similar geoenvironmental characteristics, it is possible to highlight some nuances regarding water policies, investments and subsidies for territorial occupation and the difficulties encountered in the climate context.

**Keywords:** water; public policies; semiarid; baixo alentejo; sudoeste baiano.

## **Las políticas públicas del agua y los desafíos de la agricultura familiar en la región semiárida: contextos del Bajo Alentejo (Portugal) y Sudoeste de Bahía (Brasil)**

### **RESUMEN**

Este estudio analiza las similitudes, debilidades, diferencias y potencialidades en relación con la cuestión del agua en Portugal y Brasil, especialmente en las unidades territoriales del Bajo Alentejo y el Territorio Sudoeste de Bahía respectivamente, en el contexto de las políticas públicas dirigidas a los espacios rurales. dentro de los presagios del cambio climático. A la luz de los procedimientos metodológicos, a través de la pasantía de investigación en el extranjero, se estableció contacto con la red de investigadores del Instituto de Geografía y Ordenación del Territorio (IGOT), y grupos de trabajo que realizan estudios sobre este tema y aspectos relacionados en Portugal, búsqueda para literatura proveniente de bases teóricas que referencian los contextos de estudio, tanto brasileños como portugueses, datos secundarios disponibles en los sitios web de la plataforma de: Instituto Brasileiro de Geografia y Estatística (IBGE), del Instituto Nacional de Estadística (INE), principalmente y con destino a Campos de estudio para realizar entrevistas, fotografías de materialidad espacial. Al estudiar las regiones antes mencionadas con características geoambientales similares, es posible resaltar algunos matices en cuanto a las políticas hídricas, las inversiones y subsidios, la ocupación territorial y las dificultades encontradas en el contexto climático.

**Palabras clave:** agua; políticas públicas; semiárido; bajo alentejo; sudoeste de bahía.

### **INTRODUÇÃO**

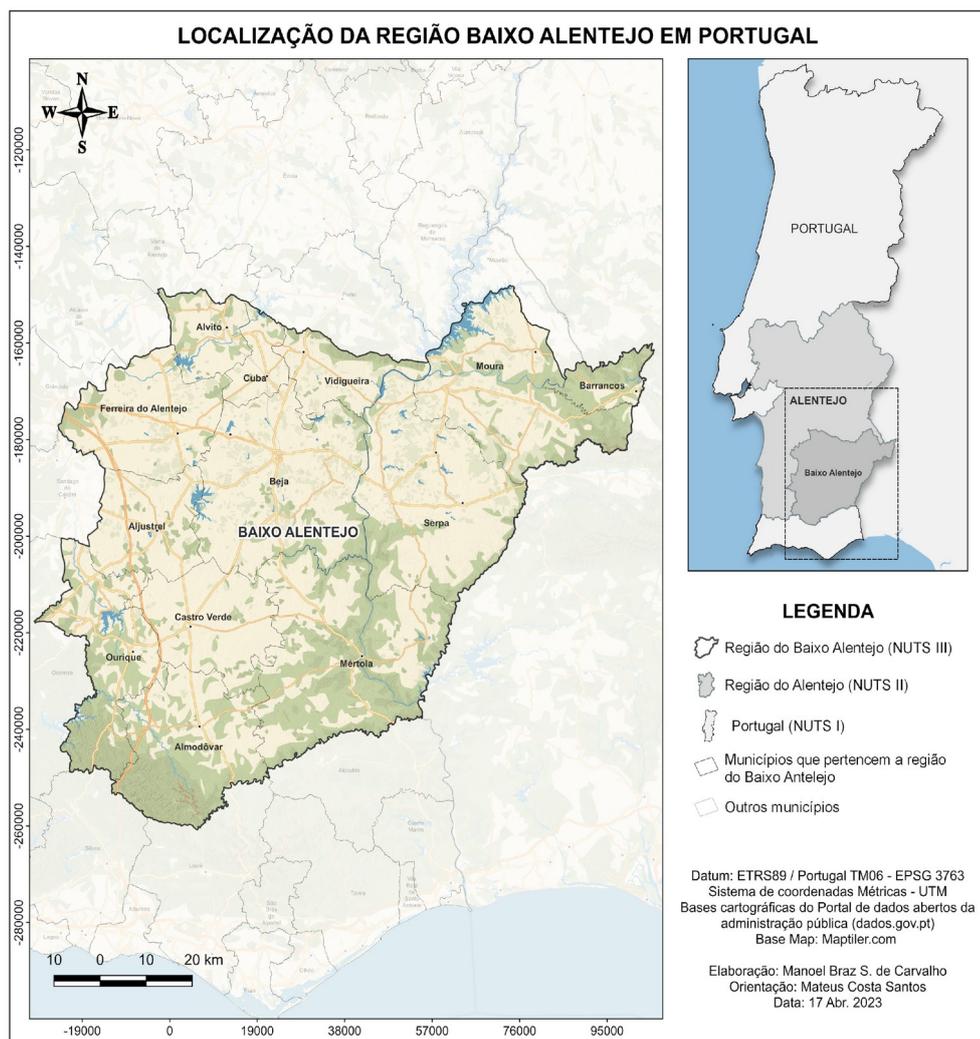
O objetivo deste estudo versa sobre as similaridades, diferenças, fragilidades e potencialidades presentes nas formas de acesso à água e nas configurações da agricultura familiar em áreas de clima semiárido do Território Sudeste Baiano (TSB) no Brasil e do Baixo Alentejo em Portugal. Não se trata de um estudo comparativo, embora seja possíveis níveis de confrontação possíveis, mas é trazido à tona perspectivas para a análise da desigual distribuição e acesso à água com inspiração às duas realidades, uma brasileira e outra portuguesa/ europeia por meio das diferentes condições e respostas dos domínios público e privado face às restrições ambientais, das políticas sociais de cunho agrícola e voltadas para o acesso à água em espaços rurais.

A espacialização dos ambientes estudados é necessária para conhecer os territórios e veicular as formas de ocupação, as características geoambientais que configuram as demandas por águas com vistas as condições naturais e socioeconômicas existentes, tanto no Alentejo português, como no Sudoeste Baiano no Brasil. Portugal é um país europeu localizado na península ibérica e tem uma população segundo o censo demográfico de 2021

de 10,5 milhões de habitantes. O Brasil, por sua vez está localizado na América do Sul e possui uma população de aproximadamente 203 milhões de pessoas em 2023 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

São países que possuem dinâmicas singular, todavia aqui há de trazer aspectos no que diz respeito ao processo de disponibilidade, captação e uso da água, sobretudo em espaços rurais, em regiões específicas de cada um. O Alentejo é uma região portuguesa com a população de 704.533 habitantes distribuídos nas cinco sub-regiões (Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo) e possuem 58 municípios 299 freguesias e 21 cidades (INE, 2021). Possui uma extensão territorial de 31.603 Km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 22,3 hab/km<sup>2</sup>. Nesse tópico, em específico, traz a discussão de uma unidade territorial portuguesa chamada Baixo Alentejo localizada no centro-sul do país (Figura 1).

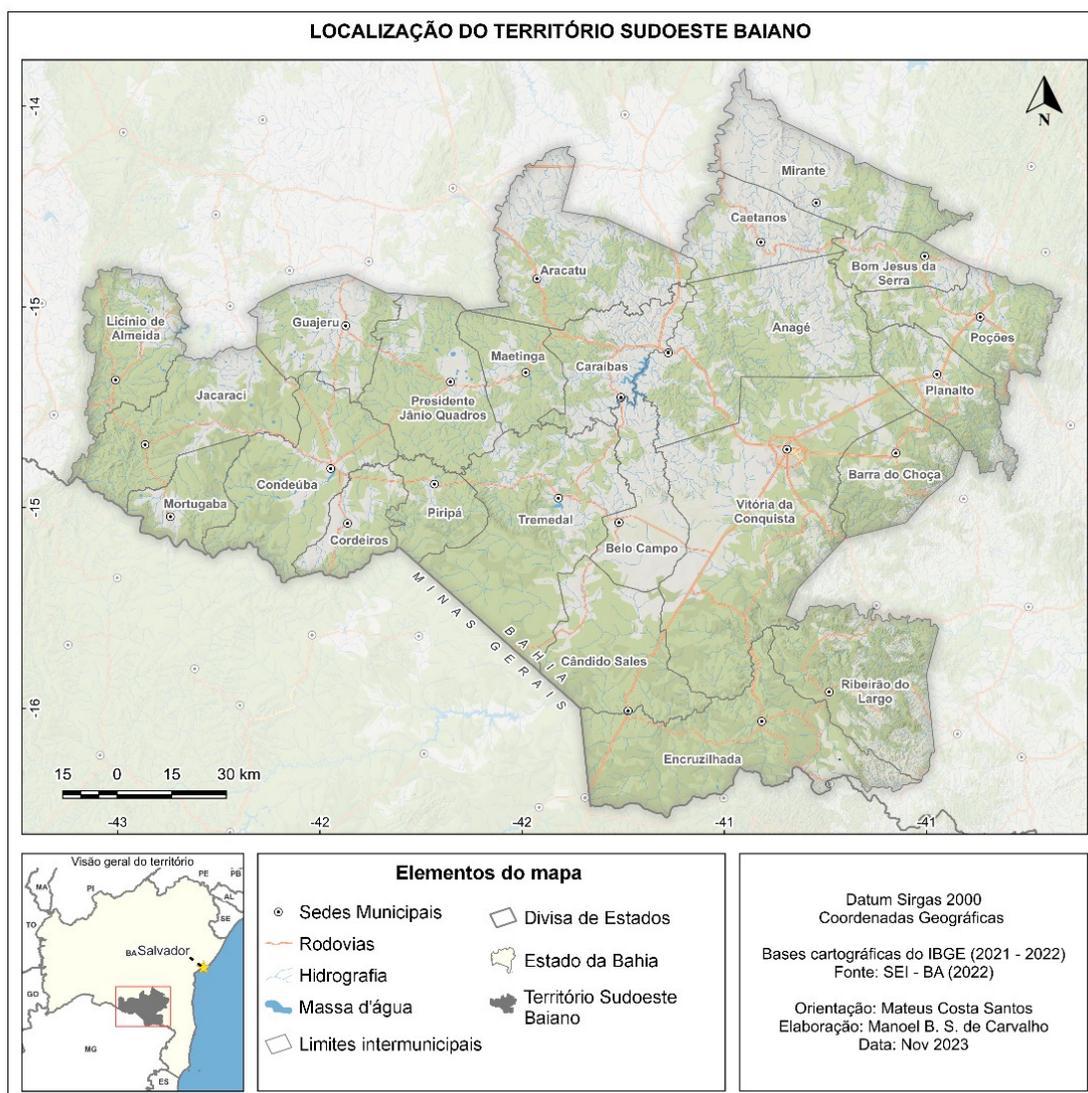
**Figura 1: Localização do Baixo Alentejo em Portugal, 2023**



Fonte: Santos, 2023.

O Sudoeste Baiano, por sua vez, faz parte de uma regionalização do estado da Bahia, que divide a unidade da federação em 27 territórios de planejamento, e um deles é o território em tela com a composição de 24 municípios. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI, 2021) a população total é constituída por 698.302 habitantes, a quarta maior população entre os territórios baianos, sendo que 35% são rurais e 65% são urbanas. A densidade demográfica é de, 25,6 hab/km<sup>2</sup> numa abrangência territorial de 27.275 Km<sup>2</sup>. O Território Sudoeste Baiano (TSB) pode ser visualizado na figura 2.

**Figura 2: Localização do Território Sudoeste Baiano, 2023**



Fonte: Santos, 2023.

A escolha das áreas de estudo é fundamentada nas condições ambientais que ambas denominações possuem frente às demandas por água e seu uso para o consumo humano e na agricultura familiar, da mesma maneira como a atuação do Estado tem se efetivado frente às políticas públicas hídricas e às mudanças climáticas.

O cenário de análise foi marcado pela viabilidade de investigação *in loco* das realidades mencionadas, por meio do financiamento via CNPq (Bolsa de Doutorado Sanduíche) no período de seis meses concluído no segundo semestre de 2023. À luz dos procedimentos metodológicos em curso, inicialmente, estabeleceu-se contato à rede de pesquisadores do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), das organizações civis e grupos de trabalho que realizam estudos sobre esse território e vertentes correlatas em Portugal. Ademais, foram realizadas reuniões em grupos de pesquisa sobre as estratégias para o semiárido alentejano, busca pela literatura proveniente das bases teóricas

que referenciam os contextos de estudo, tanto brasileiras, quanto portuguesas: (CASIMIRO, 1993), (COSTA & ALCANTARA, 2010), (RODRIGO, 2009), (SANTOS, 2020) & (CORTEGANO, 2021). Aportes esses que evidenciam a análise ambiental, a agricultura familiar, recursos hídricos, acesso à água, mudanças climáticas e políticas públicas.

Foram utilizados também dados secundários disponíveis nos *sites* das plataformas do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). A ida aos campos de estudos foi primordial para as discussões propostas e, nesse momento, fez o uso de recursos fotográficos para capturar os fenômenos observados e posteriori análise da materialidade espacial. O Alentejo, mais precisamente no Baixo Alentejo, uma sub-região, é o foco da pesquisa por conter fenômenos geoambientais muito próximos com a realidade brasileira, sobretudo na região semiárida do Sudoeste Baiano, isto posto, é a definição da área do trabalho de campo.

Visitas aos campos de estudos com o uso de entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos também fizeram parte da exploração. Dessa forma, as informações obtidas foram tratadas, interpretadas e estão contidas na redação final do trabalho. No que diz respeito a coleta de dados no ambiente brasileiro, ocorreu em processo das atribuições da pesquisa de tese de doutoramento. Nela, são coletadas informações sobre as políticas públicas de água e suas urgências no espaço rural voltadas para a agricultura familiar, como também o processo de acesso à água pela população rural do TSB.

Os resultados ainda são incipientes, pois encontra-se em curso o processo de investigação, todavia, neste preâmbulo, afim de contribuir com o debate, são elencadas de forma teórica algumas análises que têm apoiado na condução da pesquisa, sobretudo na compreensão da real situação da água em Portugal, no Alentejo em nível brasileiro, observados no Sudoeste Baiano.

### **1. A vulnerabilidade hídrica em Portugal e Brasil: Aspectos dos semiáridos Alentejanos e Sudoeste baiano**

Sobre a questão da água, o quadro restritivo e o crescimento do consumo hídrico no planeta, são aspectos correlatos às inquietações que estão presentes nas realidades pesquisadas, pois a falta ou o insuficiente acesso à água tornam-se determinantes para o desenvolvimento do espaço rural. A escolha dessas áreas se deve pelo motivo das configurações do acesso à água nesses espaços tendo em vista similaridades geoambientais

correspondentes ao clima à condição hídrica seja na forma superficial ou subterrânea, sua desigual distribuição no espaço e tempo e seu acesso à população.

O clima semiárido, presente no Brasil, corresponde a 18% do território nacional com uma população residente de aproximadamente 25 milhões de habitantes e que convivem em tais condições ambientais que influenciam no modo de vida das pessoas, a exemplo da precipitação média de 600 milímetros (IBGE, 2022). A presença do Estado na tentativa de amenizar as nuances socioambientais causadas pelo fator climático é secular e engendrou em contradições oriundas do processo de dominação do território e, por conseguinte da concentração da água. As organizações da sociedade civil tiveram e ainda possuem um papel importante na temática da convivência com o semiárido na proposição de tecnologia sociais que permitem o armazenamento da água durante o período de precipitação para sua utilização pelas famílias rurais na estação seca. (SANTOS, 2020)

No Alentejo, há o predomínio do clima mediterrâneo, temperado pela ação marítima da circulação atmosférica de oeste (oceano atlântico), com o verão quente e seco e chuvas no inverno (CASIMIRO, 1993). À medida que se aproxima do Baixo Alentejo, a desigual distribuição da precipitação e uma irregularidade interanual com pluviosidade inferior a 570 milímetros, tem evidenciado no último século secas severas e de longa duração, o que afeta todo o território e as estimativas apontam para uma redução de 40% e 60% da precipitação anual em 2100 (RODRIGO, 2009). Cortegano *et al* (2021) vão mais a fundo ao colocar, em algumas áreas, como é o caso de Mértola, um cenário de clima seco e árido e as projeções indicam com o agravamento das condições climáticas, há uma acentuada diminuição da precipitação de 483 mm em 2010 para 288 em 2100.

A situação de vulnerabilidade por conta da água traz limitações às atividades socioeconômicas, sobretudo na agricultura afetada pelo conforto térmico, o que leva a um processo de debilidade socioeconômica, aceleração da migração e despovoamento, o que torna um ciclo vicioso difícil de reverter. É uma realidade presente nos municípios do Baixo Alentejo, onde as limitações físicas (clima e solo) condicionam a economia, mas também o modo de vida e a vontade das pessoas em permanecerem nas comunidades frente a capacidade de lidar com situações extremas com relação ao ambiente, e cabe incluir também, o envelhecimento e a densidade populacional cada vez menor dos Conselhos portugueses. CORTEGANO *et al* (2021)

Tal dinâmica populacional nos espaços rurais do Brasil tem caminhado nesse sentido, todavia o processo de ocupação territorial e a característica produtiva do Sudoeste Baiano

ainda permitem uma identidade cultural rural dos municípios que fazem parte, visto que, por exemplo 20 municípios dos 27 que compõem o TSB possuem populações rurais superiores às urbanas. Essa é apenas uma variável no contexto de que as sociabilidades perpassam as ruralidades e mesmo as urbanas possuem “raízes” no rural. Nos municípios do TSB, região de clima semiárido, elemento fundamental na tentativa de um esforço no planejamento e execução de políticas públicas que tenham como alvo a redução dos problemas ocasionados pela seca, ora com medidas efetivas e ou com atuações emergenciais alicerçadas no discurso da seca, mas até os dias atuais os trabalhadores do campo se deparam com essas necessidades e urgências de políticas públicas voltadas para o acesso a água.

O tema das políticas públicas e da atuação do Estado adentra na discussão, também como forma de compreender a realidade geoambiental para traçar análises das dicotomias existentes dentro das condições do acesso à água entre os semiáridos do Território Sudoeste Baiano e do Baixo Alentejo, este último altamente dependente da Política Agrícola Comum (PAC) como subsídios para a produção agropecuária em seus diferentes níveis de especialização, seja na forma de regadio (irrigação) ou sequeiro.

O uso da água pela agricultura em regiões semiáridas se faz necessário uma adequação dos meios para que o uso hídrico tenha seja direcionado para culturas adequadas ao ambiente que estão inseridas. Todavia, segundo Dias (2023), a preocupante diminuição da precipitação e o aumento das áreas de regadio, por exemplo, tem colocado em risco todo o controle da quantidade de água disponível, pois a demanda está numa corrente maior que a quantidade depositada, daí a necessidade de um modelo de reabilitação dos ecossistemas nas zonas semiáridas do sudeste de Portugal, o que se aplica ao caso brasileiro.

A mercantilização do setor da água em Portugal não é uma tendência recente, principalmente no que diz respeito à cobrança pelo fornecimento de água. Contudo, a componente relativa à participação privada tem ganho uma relevância substancial com a atual discussão de um objetivo geral de privatização do setor da água (e do saneamento) em Portugal. (BORGES *et al*, 2015)

Nos últimos anos tem-se assistido a um acelerar do processo de mercantilização do setor da água em Portugal, quer através de legislação que alegadamente permite agilizar a entrada de atores privados no setor da água desde 2009 através das recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), que de acordo com os princípios europeus e nacionais tem vindo a supervisionar a adoção de tarifários que permitam a recuperação de custos, conferindo uma lógica de mercado a toda e qualquer

entidade gestora de abastecimento de água, seja ela pública ou privada. (BORGES *et al*, 2015)

Numa agricultura de regadio intensiva como é o foco aqui, os problemas ambientais colocam-se tanto a nível da utilização dos recursos a uma taxa superior à que os mesmos são repostos no ecossistema, como ao nível da alteração da qualidade dos fluxos de retorno dos mesmos. Em Portugal, com um clima dominante tipicamente mediterrânico, a obtenção de elevadas produções em culturas de Primavera/Verão não seria possível sem recorrer à prática da rega, sobretudo devido à existência de uma estação seca que se estende durante o verão. Nesse sentido os reservatórios têm emitido alertas sobre a quantidade de água destinada às áreas de irrigação. (Figura 03)

**Figura 03: Matéria jornalística sobre o reservatório do Alqueva, 2023**

azul.

ÁGUA

## Não há água para tudo no Alqueva: consumo para regadio está no limite

A escassez de água aliada aos projectos que aumentam a procura no Alentejo, Algarve e Espanha realçam a primeira consequência: o plano de expansão do regadio sofreu uma redução.

Carlos Dias

9 de Abril de 2023, 20:33



Fonte: Dias, 2023.

O Alqueva é o principal reservatório da região do Alentejo e ocorre uma certa dependência da água represada para a progressão dos sistemas de rega no país. Segundo a matéria jornalística publicada em abril de 2023 pelo jornal Público as “restrições ambientais” e a subida dos custos de construção e equipamentos travaram o crescimento do regadio na

região do Alqueva, às mesmas razões empurraram também o projeto no calendário com data prevista para 2023 foi adiada para 2025.

O crescimento do regadio frente a essa preocupação da questão hídrica vem comprovar que a gestão dos recursos hídricos no sul de Portugal está a pôr um problema de difícil superação: não há água para tudo. As solicitações, sobretudo na agricultura irrigada, sucedem-se à medida que as alterações climáticas intensificam os episódios de seca, com as temperaturas altas e a precipitação atmosférica de forma irregular e em muito menor quantidade.

Outros parâmetros que segundo a Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva refere-se ao aumento da área para expansão dos perímetros e a entrada de novos olivais e amendoais e o desfasamento entre os períodos de precipitação e da fase das culturas mencionadas são referenciados pela associação para justificar os elevados consumos de água do Alqueva. Na figura 04 pode-se observar um plantio de olival em Beja, no Baixo Alentejo no início do seu processo produtivo.

**Figura 04: Vista de um olival no município de Beja, 2023**



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

No Relatório da Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva (EDIA) em 2022 são apontadas variáveis que realçam o acentuado aumento dos usos recursos hídricos em tempo de escassez em que as transferências de água em 2022 para os perímetros de rega sofreram um aumento de 230% de água em relação a 2021.

As questões apresentadas corroboram para uma análise paralela a diferentes realidades, mas que as políticas públicas de água em áreas de semiáridas devem ser consideradas, pois o saneamento vai além do abastecimento de água, por existir uma disputa entre o espaço a ser ocupado pelo poder público e o poder privado, no que tange à prestação dos mais variados serviços, tanto para a agricultura, como para o uso doméstico.

O Nordeste brasileiro e de modo particular, o semiárido baiano, a condição climática existente na região semiárida propicia, entre outras consequências, a apropriação de recursos, principalmente hídrico em épocas de seca. Historicamente, o Estado brasileiro investiu na construção de grandes obras hídricas como forma de “solucionar” ou amenizar o problema da falta de água na região, no entanto, a distribuição dessas infraestruturas, em benefícios particulares e/ou político-partidários, não permitiu o acesso da população residente no semiárido e a democratização do uso da água.

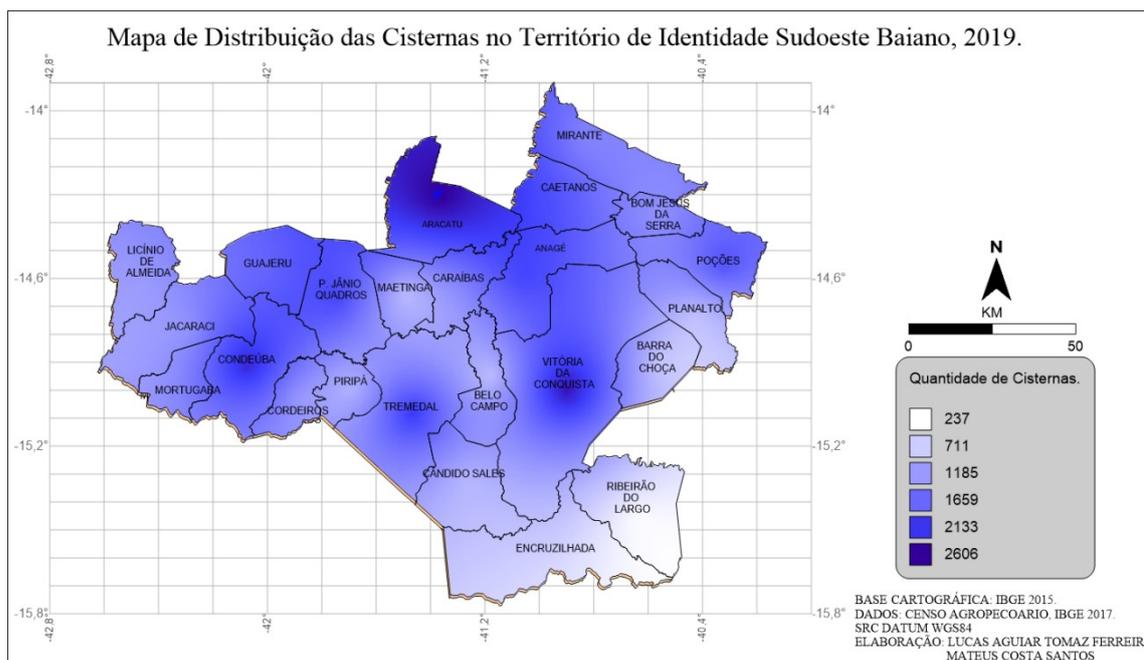
É fato que, nos últimos anos, políticas públicas destinadas a essa realidade têm sido uma alternativa de articulação e mobilização social com papel fundamental no contexto de inserção das tecnologias de captação de água da chuva, o que gerou novas perspectivas do acesso à água, de forma mais igualitária

A década de 2010, no Brasil, foi um período de relevantes mudanças no cenário político-social que atingiu o país em todas as escalas, sobretudo nas tramitações voltadas para as políticas públicas. Dito isso a questão da água no semiárido baiano é emergente, e como se tem visto é urgente num contexto global, visto que ainda existem problemas estruturais para o seu pleno acesso.

Sobre o Território Sudoeste Baiano, no que se refere ao acesso à água, esse tem sido, ainda, o desafio das ações públicas realizadas no Nordeste, devido à condição da pluviosidade ser desfavorável. Ao tratar de políticas públicas que visam universalizar o acesso à água, no século XXI, sabe-se que as políticas públicas por meio do Programa Água para Todos assumiu importante papel nesse contexto, pois trata-se de uma ação concreta que beneficia populações do campo, por meio da captação da água da chuva.

Vale destacar, como diferencial da política, o alto grau de popularização, pois anteriormente às implementadas no século passado que foram introduzidas no espaço rural, privilegiavam, na maioria das vezes, grupos específicos. Esse processo é relatado por exemplo no Programa Água Para Todos do governo federal no ano de 2008 para a construção de reservatórios hídricos, entre eles as cisternas.

### **Figura 5 - Mapa de distribuição das cisternas no TSB - 2019**



Fonte: Tabela 6655. Censo agropecuário (2017). Santos, 2020.

No TSB essa foi a principal política pública de acesso à água e é considerado um relevante programas na construção desses equipamentos. Esse número representa a importância das organizações da sociedade civil e sua atuação na execução dos programas de acesso à água. Vale ressaltar que a descontinuidade dos governos na condução das políticas públicas voltadas para as áreas semiáridas pausou o processo de desenvolvimento do espaço rural no que concerne às possibilidades de atuação do Estado, estas vetadas na ausência do processo de governança.

Constata-se que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no semiárido baiano possuem um caráter diferenciado quando se trata de solucionar ou amenizar os problemas, sejam eles sociais, econômicos e das relações da sociedade-natureza. Por isso, é indispensável à reflexão sobre políticas e programas voltados para pequenos produtores rurais, especialmente no semiárido nordestino, onde se encontra a maior carência de projetos com a finalidade de solucionar problemas relacionados ao homem (ALCANTARA; COSTA, 2010).

Cabe reafirmar que o acesso à água é um direito básico a toda população, e no semiárido nordestino, programas de diferentes esferas, por meio de organizações da sociedade, têm conseguido chegar aos municípios e tornar essa convivência com a seca menos complicada, sendo a água o elemento central nessa questão. Todavia ainda há desafios que precisam ser superados para a agricultura familiar no que tange a água para produção em

áreas semiáridas e a melhor atuação do Estado na perspectiva de direcionamento dos recursos no sentido da melhor aplicação para o acesso à água e para a agricultura familiar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objeto de pesquisa sobre o acesso à água é emergente tanto na ciência, quanto na efetividade das políticas públicas, sobretudo no contexto das mudanças climáticas, visto que, encontra-se distante, frente à ótica da exploração massiva dos recursos naturais, soluções para os problemas estruturais da temática mencionada com relação ao seu acesso pela totalidade da população e da forma desigual da sua distribuição. Ressalta aqui, que não é apenas o elemento do fator climático, mas as tramas que envolvem o controle político dos recursos hídricos, processo visível, embora previamente estudado, no Brasil e em Portugal

A discussão sobre a água e Agricultura familiar, suas condicionalidades, encontra-se em ambos casos com forte atuação do Estado, na inserção das políticas e ou dos programas direcionadas aos agricultores, seja na forma de subsídios ou seguros para produção. No entanto, tem sido apontado pelos estudos maior ocorrência dos episódios de seca e menor disponibilidade de água para a atividade agrícola, o que tem requerido maior atenção a esse quesito, mesmo onde são realizadas a agricultura de sequeiro e a dificuldade por água se estende, também, ao abastecimento público.

Portanto, as formas de organização da sociedade foi algo que chamou a atenção. Os comitês, Grupos de Trabalho, redes de investigadores possuem uma dialogicidade e um poder reivindicativo interessante, onde a própria universidade tem proposto temas de urgência com debates ricos e, sobretudo com atenção do Estado para as demandas investigadas e assim planejar ações e políticas públicas.

Ao estudar uma região com características geoambientais próximas ao Território Sudoeste Baiano, é possível destacar algumas nuances com relação às políticas hídricas, onde o contexto do semiárido brasileiro possui maior intensidade de investimentos públicos, seja pela sua dimensão, importância e densidade populacional, mas que ainda estão distantes conter as a questão urgente que é o acesso à água para produção e consumo. No contexto baixo-alentejano, não há essa expressividade, o que se tem é um esvaziamento populacional e uma região que não possui uma representatividade política e econômica em Portugal, o que não a faz ser uma das prioridades de políticas mais efetivas junto aos territórios.

A questão da água, realmente é um problema frente a demanda existente nos perímetros de rega. O reservatório do Alqueva tem conseguido abastecer diferentes setores,

mas com o aumento do uso tem demonstrado limites com relação a sua capacidade de lotação, pois a água que entra pelos canais a montante não consegue sobrepôr à demandada. Com as mudanças climáticas, essa tem sido levada em consideração, principalmente pelas associações de regadios, investigadores e Estado para buscar consensos junto aos processos de desenvolvimento dos espaços rurais produtivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. A. “As políticas de Desenvolvimento Regional”: Um olhar sobre o projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia. In: ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no Nordeste**. Editora UFS. São Cristóvão, 2010. p. 179-201.

BORGES, Marisa *et al.* **O acesso à água em Portugal em tempo de crise: o setor da água em Portugal “em baixa”**. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015.

**BAHIA**. Info Territórios da Bahia. SEI, 2021.

**BRASIL**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo demográfico. Brasília, 2022.

CASIMIRO, Pedro João Cruz Cortesão. **Concelho de Mértola: Geo-biografia das mudanças do uso do solo**. 1993. 228 f. Dissertação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1993.

CORTEGANO, Marta *et al* ‘**Mértola, a lab for the future**’ as a transformational plan for the mediterranean semiarid region: A learning case based on landsenses ecology, International Journal of Sustainable Development & World Ecology, DOI: 10.1080/13504509.2021.1920059

DIAS, Carlos. **Não há água para tudo no Alqueva: consumo para regadio está no limite**. Público. 2023. <https://www.publico.pt/2023/04/09/azul/noticia/nao-ha-agua-alqueva-consumo-regadio-limite-2045439>

**PORTUGAL**. Instituto Nacional de Estatística - INE. Censo demográfico. Lisboa, 2021.

Rodrigo, Isabel Gomes - **As secas: contextos, atitudes e comportamentos**. Baixo Alentejo Interior (1932-1995). Lisboa. IsaPress, 2009

SANTOS, Mateus Costa. **O Antigo Debate e as Novas Abordagens das Políticas Públicas de Acesso à Água no Espaço Rural: um estudo do município de Aracatu – BA**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

---

#### **Mateus Costa Santos**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizou doutorado Sanduíche no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal em 2023. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural.

Email: [mcsantos31@academico.ufs.br](mailto:mcsantos31@academico.ufs.br)

#### **José Eloízio da Costa**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), pós-doutorado pela Universidade Federal do Ceará (2019) e realizou estágio de pos-doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal em 2023. É professor titular da Universidade Federal de Sergipe, lotado no Departamento de Geografia e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição. É líder do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural.

Email: [eloiziocosta@academico.ufs.br](mailto:eloiziocosta@academico.ufs.br)

#### **Fernanda Viana de Alcantara**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com Estágio do Programa de Doutorado Sanduíche - CAPES na Universidade de Lisboa. Pós-doutoramento na UFS/Universidade de Cabo Verde (África), ocupa o cargo de professora adjunta no curso de Geografia do Departamento de Geografia e Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). É líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da UESB.

Email: [fernanda.alcantara@uesb.edu.br](mailto:fernanda.alcantara@uesb.edu.br)